

Ana Lúcia Campbell

Tradutora Pública Juramentada e Intérprete Comercial

Inglês – Português – Espanhol

Edifício de Paoli

Av. Nilo Peçanha, 50/ 2606

20020-906 Rio de Janeiro

Tel.: +55-21-2262.9371 Telefax: +55-21-3084.8484

CPF-MF: 430.405.357/49

Matricula na JUCERJA Nº 147

e-mail: anacampbell@anacampbell.com.br

Eu, infra-assinada, Tradutora Pública Juramentada e Intérprete Comercial nesta Praça e Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, com Fé Pública em todo o Território Nacional, devidamente matriculada na JUCERJA sob o Nº 147, em 07 de fevereiro de dois mil e um, CERTIFICO e DOU FÉ que me foi apresentado um documento, exarado no idioma INGLÊS, para que o traduzisse para o vernáculo, o que aqui faço em virtude do meu ofício público, a pedido da parte interessada, para constar onde convier, como segue:

TRADUÇÃO Nº 141/2017

CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO UNILATERAL

DIREITOS DE EXECUÇÃO

Entre o signatário:

SOCIEDADE JAPONESA DE DIREITOS DE AUTORES, COMPOSITORES E EDITORES (doravante denominada JASRAC) cujo escritório registrado está localizado 6-12, 3-chome Uehara, Shibuya-ku, Tokyo 151-8540, Japão, representada por Shigeru Yoshida, Presidente, de uma parte

e Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais, doravante denominada SOCINPRO, cujo escritório registrado fica na Av.



Beira Mar, 406 - Gr. 1205, Centro, 20011-060, Rio de Janeiro, RJ, representada por Jorge S. Costa, de outra parte.

Fica acordado o seguinte:

5 Artigo 1

(I) Em virtude do contrato presente, a SOCINPRO confere à JASRAC, o direito exclusivo, no território na qual esta última Sociedade opera (conforme são definidos e delimitados no Art. 6
10 (1) doravante) para obter as autorizações necessárias para todos os espetáculos públicos (conforme consta definido no parágrafo II deste artigo) de obras musicais, com ou sem letras, que sejam protegidas de acordo com os termos das leis
15 nacionais, tratados bilaterais e convenções internacionais multilaterais relativos aos direitos de autor (direitos autorais, propriedade intelectual, etc.) agora em existência ou que
20 possam vir a existir e entrar em vigor enquanto o presente contrato está em vigência.

O direito exclusivo referido no parágrafo anterior é conferido na medida em que o direito da apresentação pública dos trabalhos relativos foi ou será durante o período quando o presente
25 contrato estiver vigente, cedido, transferido ou



concedido seja por que meio for, para fins de sua
administração, para a SOCINPRO por seus membros,
de acordo com seus Documentos Constitutivos e
Normas, sendo tais trabalhos coletivamente
5 constituíntes "do repertório da SOCINPRO".

(II) De acordo com os termos do presente
contrato, a expressão "execução pública" inclui
todos os sons e espetáculos tornados audíveis ao
público em qualquer local, seja onde for dentro
10 dos territórios nos quais a JASRAC opera, por
quaisquer meios e de qualquer modo que seja,
sejam os ditos meios já conhecidos e colocados em
uso ou se doravante descobertos e colocados em
uso durante o período quando este contrato
15 estiver vigente. "Execução pública" inclui em
particular apresentações feitas através de meios
ao vivo, instrumentais ou vocais; por meios
mecânicos tais como discos fonográficos, fios,
fitas, e trilhas sonoras (magnéticas ou de outro
20 modo) por processos de projeção (filme sonoro),
de difusão e transmissão (tais como transmissões
por rádio e televisão, sejam feitas diretamente
ou retransmitidas, repassadas, etc.) assim como
por qualquer processo de recepção sem fio
25 (aparelho de recepção de rádio e de televisão,



recepção telefônica, etc. e meios e dispositivos similares, etc.).

Artigo 2.

- (I) O direito exclusivo de autorizar execuções, conforme é referido no Artigo 1, habilita a JASRAC, dentro dos limites dos poderes relativos a isso em virtude do presente contrato, e de seus próprios Documentos Constitutivos e Normas, e da legislação nacional do país ou países onde opera:
- 5
- 10 a. permitir ou proibir, seja em seu próprio nome ou em nome do autor do caso, execuções públicas dos trabalhos no repertório da SOCINPRO e conceder as autorizações necessárias para tais desempenhos;
- 15 b. cobrar todos os direitos autorais exigidos em retorno pelas autorizações concedidas por ela (conforme consta no item a) acima);
- receber todos os valores devidos como indenização ou perdas e danos por desempenhos não autorizados dos trabalhos em questão.
- 20 c. iniciar e prosseguir, tanto em seu próprio nome ou em nome do autor envolvido qualquer ação legal contra qualquer pessoa física ou pessoa jurídica e qualquer autoridade administrativa ou
- 25 de outro tipo, responsável por desempenhos



